

ABSTRACT

The contemporaneous phenomena of seaside villeggiatura obliged capital societies to create new spaces for this practice, trying to combine aspects already well-known with others that were absolutely new, so as to respond in the best possible way to this new social demand. This process also took place in Portugal, within differentiated parameters, but profiting from European examples that, in the meanwhile, already had ensured prestige.

RESUMO

O fenómeno contemporâneo da vilegiatura balnear marítima obrigou as sociedades capitalistas a criar novos espaços para a sua prática, tentando combinar um conjunto de aspectos já bem conhecidos com outros absolutamente novos de modo a responder da melhor maneira a uma nova exigência social. Também em Portugal este processo teve lugar, dentro de parâmetros diferenciados, mas aproveitando os exemplos europeus que, entretanto, já tinham assegurado prestígio.

Introdução

A moda das “curas” de banhos de mar e os novos ritos sociais determinaram um dos fenómenos mais característicos da época contemporânea. Seguindo as prescrições médicas, anunciadas pela primeira vez em Inglaterra, nos meados do século XVIII, uma elite culta e viajada vai, por toda a Europa, dar início a um hábito social que terá a maior importância ao longo dos últimos duzentos anos. Inicialmente, os locais escolhidos são sítios há muito habitados que apresentem condições excepcionais; mas, ao longo dos séculos XIX e XX, vamos assistir à colonização de pedaços de costa desertos, ao mesmo tempo que os “velhos” sítios sofrem transformações profundas. A hierarquia destas primeiras estâncias rapidamente se estabelece também, pelas escolhas dos monarcas ou grandes aristocratas.

Em qualquer dos casos, porém, todas procuram combinar aspectos aparentemente contraditórios. Por um lado, querem ser diferentes dos locais de habitação permanente, organizando-se, preferencialmente, de uma forma “natural”, quer dizer, privilegiando o carácter pitoresco do sítio, cumprindo o ideário romântico, presente também na explosão do lazer, potenciado pelo liberalismo; por outro, precisam responder às exigências da sua clientela, oferecendo animação, equipamentos e serviços, próprios da grande cidade.

Os modelos primitivos vão ser adaptados das vilegiaturas tradicionais, tão antigas como as sociedades civilizadas, mas que, na era contemporânea, vão conhecer também um desenvolvimento sem paralelo, acabando por existir uma contaminação e uma concorrência entre as diferentes propostas.

“Como toda a nova instalação, a estância balnear vai ter necessidade de modelos: de sociedade, com as suas práticas – aristocráticas, burguesas, artísti-

* Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

cas, etc.; de arquitectura – tradicional, nacional, exótica, etc; de urbanismo – pitoresco, empírico, racionalizado... À partida existem os exemplos das vilegiaturas já bem conhecidas – o campo, a montanha e as termas – e sempre a imagem presente da cidade a cujas populações se destinavam, preferencialmente, as novas estações”¹.

Ao longo de Oitocentos, vemos espalhar-se, por todo o mundo ocidental, o novo hábito dos banhos de mar e, com ele, nascer as primeiras instalações urbanas originais, destinadas a uma sociedade desejosa de acompanhar esta prática, inicialmente muito elitista. Mas desde o início de Novecentos, assistimos ao crescimento gradual do fenómeno, bem como da sua importância em relação às restantes vilegiaturas. Alargam-se as regiões escolhidas e nascem novas “cidades” cuja única razão de ser está no crescente aumento da procura da praia como destino predilecto das férias de todos. Saudável, lúdica, quase obrigatória socialmente, a temporada de banhos de mar tornou-se, a pouco e pouco, um hábito de massas, absolutamente banalizado e assimilado pela humanidade ocidental.

A penetração em Portugal dos padrões de comportamento dominantes no resto da Europa, combinada com os interesses sociais e económicos da burguesia, vai dar lugar à difusão do gosto por novos espaços e tempos de lazer ao mesmo tempo que propicia processos, mais os menos lucrativos, de especulação imobiliária.

Génese da vilegiatura contemporânea

Se, como se disse atrás, os ingleses foram os “inventores” do banho de mar, a eles se deve também o conceito de vilegiatura contemporânea e os primeiros modelos importantes para a sua prática. Alguns factores, como a Revolução Industrial, os progressos científicos, sobretudo na medicina e na higiene, um acelerado crescimento e caos urbano das cidades e ainda, mas não menos importante, uma cultura literária e filosófica que enquadra as opções da nova época, quase todos de primazia inglesa, explicam a precocidade do fenómeno entre as elites britânicas. Ainda antes do final do século XVIII, os ingleses definiram as três grandes vilegiaturas contemporâneas – climática, balnear e

¹ M^a da Graça Briz, *Arquitectura de Veraneio...*, 1989, p.4

termal – ao mesmo tempo que, também primeiro, criaram os novos modelos para essas práticas, quer no seu território, quer no estrangeiro. Vejamos apenas três exemplos paradigmáticos.

Bath foi a primeira importante cidade de vilegiatura que se transforma pela renovada moda das águas termais. Conhecida desde a época romana, desde muito cedo sob protecção real, conhece, no século XVIII, o seu momento mais brilhante. Pela intervenção de arquitectos como os dois Wood (John Wood, o velho, 1704-1754 e John Wood, o novo, 1728-1781), responsáveis por um conjunto de novas tipologias notável e de brilhante futuro, como “The Circus” (1754), o “Royal Crescent” (1767-1775), as “Upper Assembly Rooms” (1768-81) ou o novo edifício de banhos (1775-1778), Bath tornou-se a matriz de soluções urbanístico-arquitectónicas da maior importância para todas as outras experiências de vilegiatura, quer ao nível da habitação, quer no que diz respeito aos espaços públicos.

O segundo grande modelo primitivo, de criação britânica, destinou-se à vilegiatura marítima, com a cidade de Brighton, na costa sul de Inglaterra. De aldeia piscatória decadente é, nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, local predilecto para a vilegiatura da corte do príncipe regente. Os médicos, como Richard Russel, começavam, então, a recomendar a água salgada como meio de cura para algumas doenças, mudando a atitude dos seus contemporâneos em relação ao mar. Em 1765, chega o primeiro visitante real e, pouco depois, abre o mais antigo estabelecimento de banhos de mar. A maior proximidade de Londres e a presença regular da corte são factores decisivos na sua progressiva primazia sobre Bath, provando também que a importância social da estadia é cada vez maior em detrimento dos aspectos terapêuticos. A nova cidade equipa-se então com bibliotecas, teatro, capelas e o seu “vauxhall” (um dos termos para casino), ou seja, espaços considerados indispensáveis para gente civilizada. Abrem-se novos hotéis e “assembly rooms” (os clubes) e agencia-se “the Steine”, larga alameda-passeio, perpendicular ao mar, centro nevralgico da estância, onde se erguem os mais notáveis edifícios públicos e privados. No seu extremo sul, sobre o mar, constrói-se o primeiro “pier” e, em 1815, o Royal Pavilion. Começado em 1786 pelo arquitecto Henry Holland, acrescentado com uma nova decoração chinesa entre 1801-1804, é profundamente reconstruído por John Nash ganhando o aspecto “indiano” que hoje lhe conhecemos. Obedecendo ao gosto do regente pelo “Pitresque stile”, Nash produziu aqui um dos modelos mais notáveis da arquitectura de

veraneio em toda a Europa. O crescimento urbano, sempre em função do mar, inicia um período brilhante de arquitectura regência com projectos como Kemp-Town e Brunswick Town, a oriente e ocidente do “the Steine”, respectivamente. Com os já característicos “crescents” e “squares”, edifícios decorados a estuque com os arredondados das “bow-windows”, são exemplos maiores de planeamento urbano muito antes do conceito ter sido definido como hoje o entendemos.

Uma vasta alameda-jardim, a esplanada marginal, o pontão, um conjunto de hotéis de qualidade, alguns estabelecimentos de banhos de mar com as suas cabanas para transportar os banhistas, clubes para o convívio e o jogo nocturnos, bibliotecas e teatro, e finalmente, um grupo de moradias de grande prestígio, estavam assim reunidos, no início do século XIX, todos os elementos necessários para que qualquer nova instalação fosse considerada uma verdadeira “ville-de-bains”. Mas as escolhas urbanísticas de Brighton, tal como Bath, são ainda exclusivamente clássicas, demasiado racionais para a nova sensibilidade romântica e, neste sentido, é Bournemouth, o grande exemplo, construída a partir de 1835 pela iniciativa capitalista da grande burguesia – arruamentos sinuosos, aproveitando as características morfológicas do terreno, dividindo lotes de diferentes áreas e configuração e sempre para albergar casas unifamiliares. O resultado é um urbanismo orgânico, melhor ainda pitoresco, deixando livre o vale central para jardim e onde as escolhas arquitectónicas se diversificam, conforme o gosto dos proprietários, de maneira que Bournemouth se converte no melhor “mostruário” da tipologia inglesa mais popular para a arquitectura privada durante o século XIX – o “cottage”.

Para a vilegiatura climática, são também os ingleses os pioneiros ao promoverem Nice, na costa mediterrânica de França, a “capital de Inverno” da Europa. Começam a frequentá-la nos meses mais frios, a partir dos finais do século XVIII e, pouco depois, a administração, ainda piemontesa, abre o primeiro troço da “Promenade des Anglais”, larga alameda marítima que se tornará paradigma de quase todas as estâncias de praia. Rapidamente vemos surgir também os hotéis de luxo e o “pier”, que aqui se chama “jetée-promenade”.

A Europa Central é também rica em modelos, sobretudo famosa pelos seus “spas” de águas termais com exemplos notáveis como Wiesbaden ou Marienbad, e onde a tipologia do casino teve o seu maior desenvolvimento precoce. Mas, no que diz respeito a Portugal, a influência mais constante é, sem dúvida, a das “Villes de Bains” francesas, designação criada no período do

segundo Império, paralelamente ao termo “Villes d'Eaux” para as estâncias termais. Pela presença e protecção da imperatriz Eugénia, Biarritz, na costa atlântica, torna-se, rapidamente, na praia da moda de toda a Europa, ao mesmo tempo que vemos surgir um conjunto de instalações da maior importância na costa da Normandia. Amada e frequentada pelos pintores desde os anos do romantismo começa a sua história balnear em Dieppe, primeira praia francesa de prestígio internacional e continuando por Trouville, Deauville, Houlgate, Cabourg, etc., etc.. Em todos estes lugares encontramos um conjunto de características paralelas, apesar da morfologia e organização serem, por vezes, bem diferentes: a memória dos modelos ingleses iniciais, a emulação das estâncias termais e climáticas de maior renome e a tentativa de afirmar uma diferença qualitativa que ajude à sua promoção, quer seja em termos de urbanismo ou de excelência dos equipamentos obrigatórios: estabelecimento de banhos, hotéis, casino, parque-jardim, as esplanadas, ou “digue-promenade”, etc.. Como diz Dominique Rouillard “l'image de départ ne procède pas d'une représentation d'une ville unique, et n'est pas non plus un projet de ville idéale, programmée. Elle ne s'élabore que sur des fragments construits, et sur d'autres de l'idéologie urbanistique régnante. Elle rassemble des morceaux de France et de l'étranger, de la montagne et de la mer, de la ville et de la campagne, et des éléments d'idéologies, sur le monde moderne, aristocratique, de la vilégiature, des voyages, de l'exotisme, etc.. C'est l'image synthétique, d'une ville imaginaire faites de mots, de noms, de traces, de silhouettes, de coulers, de “styles”, mais aussi de gestes, de rythmes et de rites de la vie du curiste”². Começamos a compreender o carácter excepcional destas instalações, lugares privilegiados de novas experiências quer de urbanismo quer de tipologias e soluções formais na arquitectura, a que a história da arte contemporânea tem de dar a devida atenção.

Procurando responder às apetências e necessidades de uma nova sociedade, o resultado particular de cada uma delas depende de um conjunto de factores de natureza diversa e, por vezes, de difícil compreensão. Porém, dois são claramente dominantes: em primeiro lugar, a capacidade dos promotores para agenciar um espaço diferenciado e com equipamentos de qualidade, capazes de cativar um alargado grupo social e, em segundo lugar, as facilidades de acesso, para que os novos lugares possam ser visitados com conforto. Se o primeiro item é, sobretudo, da responsabilidade do capitalismo privado, aqui

2 Dominique Rouillard, *Le Site Balnéaire*, 1984, p. 16

investido numa nova área de negócio que até hoje não cessou de crescer; o segundo é subsidiário de vontades políticas, centrais ou municipais.

Os primeiros modelos portugueses

Em Portugal, com uma economia capitalista bastante tardia e, em geral, com grandes debilidades, o fenómeno de que acima traçámos uma breve génese, tem, naturalmente, características particulares. Tal como em todo o mundo ocidental, também entre nós se começou a divulgar a moda do banho de mar nos inícios do século XIX. A mais arreigada tradição de veraneio em Portugal é o climatismo, a fuga ao calor para a quinta de recreio ou de “fresco” no campo ou na serra, como Azeitão ou Sintra, “i(ndo) espantar com as modas novas os habitantes tranquilos das circunvizinhanças”³. Mas, na primeira metade de Oitocentos multiplicam-se as referências às estadias para uma cura de banhos de mar, exclusivamente entre as populações das principais cidades e praticadas por um reduzido número de pessoas bem informadas sobre modas estrangeiras, como Almeida Garrett ou o marquês de Alorna. Durante muito tempo ainda, e mesmo quando o hábito já se espalhara por outros grupos sociais, os sítios frequentados eram adaptações muito rudimentares feitas em praias com condições favoráveis. Só na segunda metade do século XIX, nasceram as primeiras instalações de raiz para a nova vilegiatura, bem como se assiste a transformações profundas em lugares há muito habitados dirigidas a esta nova função principal. No primeiro caso estão a Granja e o Monte Estoril, no segundo, Cascais e a Foz do Douro.

Façamos uma breve visita a estes lugares para avaliarmos a sua importância relativa e medir o peso dos modelos internacionais. Quando a corte portuguesa ainda tomava o seu banho de mar numa barçaça ao largo de Belém, nasceu a nossa primeira instalação original para a prática balnear: Por iniciativa privada, e urbanizando uma antiga quinta de recreio dos frades de Grijó, surgiu a Granja, a poucas léguas a sul do Porto. O novo proprietário, gozando de excelentes relações com os homens então responsáveis pela construção da linha de caminho de ferro, decidiu transformar a zona da quinta junto à praia numa pequena estância de mar. Com um traçado ortogonal muito

3 Júlio César Machado, *Introdução a Banhos de Caldas e Águas Minerais de Ramalho Ortigão*, 1944, s.p.



Granja: a "Alameda" da Granja com as casas geminadas conhecidas pela "Correnteza", c.1900 in *A Granja de Todos os Tempos*.

simples, feito em função da via férrea e não da costa, Frutuoso Ayres chamou os seus amigos e conhecidos do Porto para comprarem lotes para construção, ou mais ainda, para alugarem as novas casas que ele próprio ia construindo. Estas primeiras moradias, começadas a edificar cerca de 1860, em nada se distinguem das vernaculares casas rurais espalhadas por todo o norte do país. Porém, o promotor logo deu início também à construção de alguns equipamentos para a satisfação dos eventuais frequentadores: um clube, aqui chamado por influência inglesa Assembleia, uma pequena alameda ajardinada, curiosamente virada a nascente e à linha do caminho de ferro, um rudimentar estabelecimento de banhos, o "pinhal" para as brincadeiras infantis e, um pouco mais tarde, um hotel em 1872, propriedade duma sociedade por quotas em que os sócios eram, além do "fundador" que entrava com o terreno, exclusivamente membros da Assembleia da Granja. A estância desenvolve-se e ganha novas estruturas unicamente pela acção de privados, primeiro da família Ayres depois da Companhia a que pertencem a Assembleia e o hotel. Este carácter marca definitivamente a Granja, autêntica estância quase privada, o que muito contribuiu para o seu prestígio entre a sociedade oitocentista portuguesa mas, por outro lado, é também o principal responsável pela incapacidade de adaptação a novas exigências que o fenómeno balnear potenciará ao longo do século XX.

Também fruto de um programa de raiz vemos surgir o Monte Estoril, na quase continuação de Cascais e promovendo-se inicialmente à sua sombra. Novamente uma companhia imobiliária se forma no ano exacto em que se



Monte Estoril: a praia e a primitiva estação de caminho de ferro (revista *Occidente*, 1890).



Foz do Douro: "chalet" do Passeio Alegre, c. 1900. Fotografia da autora.

constrói a linha de Cascais, em 1889. Com ambições desmedidas de grande estância internacional, que rapidamente ficaram pelo caminho, com a falência da companhia, o Monte Estoril conseguiu, apesar de tudo, organizar um espaço e cativar interessados capazes de fazer do lugar um dos mais agradáveis da costa de Lisboa. Claramente influenciado por exemplos de urbanismo orgânico, como Bournemouth ou Dinard, na costa da Bretanha, tirando partido do relevo natural para distribuir lotes e arruamentos, a nova estância teve o seu período de maior brilho na última década do século XIX e primeiros anos de noventa. Tinha um Grande Hotel, então famoso, um jardim, o seu casino com terraço sobre o mar e um conjunto de moradias muito eclético, de que restam alguns belos exemplares. Quando a atenção de todos se começou a virar, prioritariamente, para o Estoril, vasto programa apresentado por Fausto de Figueiredo em 1914, o Monte foi ficando gradualmente como um subúrbio residencial de qualidade, cuidadosamente protegido da animação cosmopolita da nova estância.

Um caso único de transformação de um sítio há muito habitado para a prática banhar é a Foz do Douro, uma vez que se trata de um processo realizado dentro de um importante município, o da cidade do Porto. Pelos meados do século XIX, eram já muitos os ingleses da colónia da cidade que frequentavam no verão as suas praias mas, só com a “invasão” dos portuenses, a Foz conhece uma verdadeira revolução urbana. Primeiro, ainda na zona fluvial, de onde se desalojam os pescadores, com o agenciamento do magnífico jardim do Passeio Alegre e o conjunto de boas moradias que o limitam, depois com a urbanização da chamada “Foz Nova”, ao longo da estrada sobre o mar. Nos finais do século dezanove e primeiras décadas do século seguinte, são estas novas avenidas, de traçado regular, que vamos ver ocupadas pelos palacetes da rica burguesia portuense, num processo contínuo que acompanha a transformação do lugar naquilo que hoje é, uma zona residencial de luxo.

Finalmente, vamos deter-nos mais demoradamente sobre um último exemplo, também resultado de uma reconversão urbana, para responder a uma nova procura. É o caso de Cascais que, à semelhança do que vemos acontecer por toda a Europa, viu mudado o seu destino pela preferência dos nossos reis. D. Luís I inicia esta história em 1870, instalando-se alguns meses na velha cidadela do burgo e, atrás dele, vão aparecer os primeiros “fundadores” de nome sonante, como os duques de Palmela ou o Duque de Ávila, construindo sumptuosas moradias nos pontos de melhor panorama sobre a baía.

Alguns amigos da terra, com dinheiro e iniciativa, promovem melhoramentos urbanos importantes e levantam equipamentos para o bem estar e animação dos novos visitantes: um jardim, um teatro, um hotel, um casino, uma praça de touros, novos arruamentos. Com a chegada do comboio, e o consequente aumento de veraneantes, Cascais conhece o seu momento de maior prestígio e, paralelamente, sofre as mais profundas transformações, perdendo quase por completo o seu carácter primitivo.



Cascais: a praia da Ribeira (ou do Rei) e as moradias da Av. D. Carlos I, c.1900.

© Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Conclusão

Em jeito de balanço, devemos justificar as razões desta nossa breve “viagem”, através de um necessariamente reduzido número de exemplos possíveis. A Europa, com sociedades economicamente mais desenvolvidas, forjou os modelos empíricos, como vimos atrás, para responder a uma nova procura das suas populações, juntando vários elementos já conhecidos com outros absolutamente novos, procurando, em cada um deles, a excelência, numa perspectiva que é sempre de concorrência cada vez maior. Quando, em Portugal, o fenómeno conhece a expansão suficiente para justificar a criação original de

novas estâncias balneares ou mesmo a transformação profunda de alguns sítios, esses modelos estavam já adquiridos e a população que inicialmente os frequenta conhecia-os bem. Todas as estâncias que aqui “visitámos” têm, à semelhança das suas congéneres europeias, um conjunto de elementos obrigatórios – o parque-jardim, o clube-casino para as festas e o jogo e os hotéis de alguma qualidade. Ao lado destes, mas já menos constantes, um estabelecimento de banhos, um pontão-esplanada sobre o mar, os equipamentos para práticas desportivas ou as salas de espectáculo. Na maior parte dos casos, qualquer destes equipamentos é, em Portugal, de fraca relevância e, frequentemente, improvisados e de carácter temporário. A mesma avaliação deve ser feita em relação às habitações privadas, também elas muito contaminadas pelos exemplos internacionais, preferindo fantasias e exotismos arquitectónicos. Finalmente, o mesmo se pode dizer das soluções urbanas que, inclusivamente nas estâncias feitas de raiz, optam quase sempre pelo esquema mais fácil e menos imaginativo. Se por um lado, estas limitações colocam problemas para uma análise comparativa que, neste fenómeno, é obrigatória fazer, por outro, fazem ressaltar uma original forma portuguesa de acompanhar a nova moda dos banhos de mar, produzindo espaços que, apesar de tudo, são extremamente conseguidos. Quando o desenvolvimento e a especulação posteriores não descaracterizaram completamente estes lugares onde os nossos avós iam a banhos, como dos exemplos aqui tratados, o Monte Estoril e a Granja, eles mostram ainda hoje uma qualidade notável de ambiente humano e organização espacial.

Bibliografia

- AA.VV., *Portugal Contemporâneo*; dir. de António Reis. Lisboa: Publicações Alfa, 1996.
- ACKERMANN, James S. – *The Villa – Form and Ideology of Country Houses*. London: Thames and Hudson, 1990.
- ANDRADE, Ferreira de – *Cascais, Vila de Corte. Oito Séculos de História*. Cascais: C.M.C., 1964.
- Monografia de Cascais*. Cascais: CMC, 1969.
- ARIÈS, Philippe et DUBY, Georges (dir.) – Da Revolução à Grande Guerra, *In História da Vida Privada*, dir. de Michelet Perrot, ???: Edições Afrontamento, 1990. vol. 4.
- BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges – *Apontamentos para a História da Vila de Cascaes*. Lisboa: Typografia Universal, 1873.
- BASTO, A. De Magalhães – *A Foz há 70 anos*. Porto: Editora do Colégio Brotero, 1939.
- BEAUREGARD, G. de, et FOUCHIER, L. De – *Voyage en Portugal*. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1909.
- BRIZ, M^a da Graça Gonzalez – *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal. Sociedade, Urbanismo e Arquitectura (1870-1970)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004. Tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea.
- BURNET, Louis – *Villégiature et Tourisme sur les Côtes de France*. Paris: Librairie Hachette, 1963.
- CASTRO, António Paes de Sande e – *A Granja de Todos os Tempos*. Gaia: CMG, 1973.
- CARVALHO, M^a Filomena Barros de – *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Tese de mestrado em História da Arte.
- COLAÇO, Branca de Gonta e ARCHER, Maria – *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria Ant. Maria Pereira, 1943.
- DUMAZEDIER, J. et RIPERT, A. – *Le Loisir et la Ville, Loisir et Culture*. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

- FERNANDES, José Alberto Vieira Rio – *A Foz: contributo para o estudo do espaço urbano do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, I.N.I.C. – Ordenamento Territorial do Noroeste Português, 1985. Tese de mestrado em Geografia Humana.
- GOMES, M^a João Bastos da Cunha – *Praia da Granja, 1860-1950. Génese, Apogeu e Declínio de uma Estância Recreativa-Balnear*. Porto, Universidade Lusíada, 1998. Tese de mestrado em História da Arte.
- MACHADO, Helena Cristina Ferreira – *A Construção Social da Praia*. Lisboa: Instituto Camões e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha – *Lazer, Férias e Turismo na Organização do Espaço do Noroeste de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. Tese de doutoramento em Geografia Humana – Ordenamento Territorial.
- MARTINS, M^a Luísa M. Afonso – *A Vilegiatura Marítima no Século XIX: de Belém a Cascais*. Lisboa: ISCTE, 1996. Tese de mestrado em História Social Contemporânea.
- MONTEREY, Guido de – *O Porto à Baira-Mar*. Porto: ed. do autor, 1973.
- ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*. 1^a ed. 1876. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1943.
- ROUILLARD, Dominique – *Le Site Balnéaire*. s.l., Local(???): Pierre Mardaga, 1984.
- SILVA, Raquel Henriques da – *Cascais*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- Trouville-Deauville – société et architecture balnéaires*. Paris: Institut Français d'Architecture, Norma, 1992.
- Villes d'Eaux en France*. Dir. Lise Garnier. Paris: Éditions Institut Français d'Architecture, 1985.